COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.074, DE 2003

Isenta os servidores públicos federais, estaduais, municipais civis e militares, da taxa de inscrição para os exames de acesso às universidades e escolas técnicas públicas.

Autor: Deputado Carlos Nader

Relatora: Deputada Ann Pontes

I - RELATÓRIO

O projeto visa dispensar os servidores públicos do pagamento de taxas de inscrição em exames para acesso a qualquer universidade ou escola técnica pública. Para justificar sua propositura, o Autor invoca a necessidade de contínuo aperfeiçoamento dos funcionários.

A única emenda apresentada tem por escopo a extensão do benefício aventado aos filhos de funcionários. A medida seria justificada pelo arrocho salarial impingido ao funcionalismo.

II - VOTO DA RELATORA

A despeito das nobres intenções que a inspiraram, a proposta revela ter sido concebida com base em concepção equivocada. Em primeiro lugar, caracteriza usurpação, por parlamentar, da iniciativa que a Carta Política, em seu art. 61, § 1.º, II, c, reserva ao Chefe do Poder Executivo. Além

disso, pretende alcançar não apenas os servidores federais, mas também os estaduais e municipais, atentando contra a autonomia dos entes da federação, assegurada pelo art. 18, *caput*, do *Texto Constitucional*.

Também no mérito a proposta é falha. Em primeiro lugar, a taxa de inscrição em vestibulares e outros processos de seleção é o menor dos obstáculos à formação do servidor. Obstáculo muito maior é, por exemplo, a inexistência de compatibilidade entre os horários de trabalho e de estudo. Mais importante, porém, é que a capacitação do funcionalismo há de estar em consonância com os interesses da administração, a qual deve considerar a correlação entre o curso pretendido e as atribuições inerentes ao cargo ou emprego ocupado pelo servidor.

Como instrumento remuneratório, o mecanismo imaginado seria incoerente, pois, ao mesmo tempo em que beneficiaria os servidores que estivessem disputando uma vaga em determinado curso, de nada adiantaria aos servidores já formados no mesmo curso. Evidencia-se, aí, uma verdadeira inversão de valores.

Finalmente, é de se lembrar que as taxas de inscrição em processos de seleção têm por finalidade cobrir as despesas inerentes à realização do certame. Por conseguinte, a isenção proposta revelar-se-ia socialmente injusta, pois implicaria a transferência de ônus para os demais concorrentes, inclusive aqueles de baixa renda. E a medida seria ainda mais perversa caso o universo de favorecidos fosse ampliado, como propõe a única emenda apresentada.

Por todo o exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei n.º 2.074, de 2003, bem como da Emenda n.º 1/2003.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputada Ann Pontes
Relatora